

Giovanni Brusiloff

* 3 OUT 1997

O custo da estabilidade

Herbert Levy *

Sem dúvida, não é possível contestar o grande benefício que representa para o País ter moeda estável. Mas seria necessário ir com tanta sede ao pote?

O custo está assustador e põe especialistas e instituições do plano internacional preocupados com a posição do Brasil hoje.

Mas, afinal, deveríamos ter os olhos abertos para anomalias, ainda que aparentemente favoráveis e que constituíam graves advertências para quantos quisessem ver.

1) Valorização cambial de cerca de 25%, estimulando importações em detrimento da produção nacional e desestimulando exportações. Primeiros déficits da balança comercial em toda a história do Brasil, de dezenas de bilhões de dólares, acompanhados de grandes déficits em transações correntes. Mas as reservas cambiais cresceram em um nível sem precedentes. Como? Mesmo considerando os investimentos fixos superiores a US\$ 25 bilhões nos últimos três anos, as reservas ultrapassa-

ram US\$ 60 bilhões, emprestando uma conotação positiva a toda a economia, mas constituindo verdadeiro contra-senso. A explicação foi dada pelos críticos, entre os quais me incluo.

2) É que, "pari passu", a elevação das taxas de juro internas imposta pelo Plano Real ultrapassou tudo o que seria admissível, produzindo insolvência de grande porte. Exemplo escandaloso foi o pedido de concordata da Usina Santa Lídia, empresa tradicional de açúcar e álcool, si-

Os juros mais altos do mundo atraíram o chamado dinheiro quente

tuada em Ribeirão Preto. Seus advogados vieram a público para dizer que sua cliente não havia agüentado

taxas de juro bancários de 100% ao ano!

3) Mas a explicação que existe para o surpreendente recorde das reservas cambiais é: os juros mais altos do mundo atraíram o capital especulativo, o chamado dinheiro quente, que prefere investimentos de curto prazo para, quando o rendimento baixar a um nível razoável, ser rapidamente repatriado, acrescido de 200 a 300%!

4) Mas, enquanto tratamos dos juros absurdos, te-

mos que nos referir ao enorme crescimento da inadimplência, que atingiu centenas de milhares de indivíduos e empresas. Com isso chegamos a outro produto do Plano Real, que provocou crise bancária sem precedentes.

5) A crise bancária destes três anos superou tudo o que se conhecia neste país, até mesmo a provocada pela crise de 29. As intervenções do Banco Central nos bancos insolventes para sua liquidação ou venda atingiram muitas dezenas de instituições, inclusive várias de grande porte e que em alguns casos evidenciaram irregularidades graves levadas para apreciação e julgamento do Judiciário. Mas a conta negativa do Plano Real não parou aí.

6) Desemprego. Essa deve ser uma consequência previsível para os responsáveis pelo plano, porque o FMI também foi o inspirador do instaurado em 1980, com o general João Baptista Figueiredo (que não entendeu do assunto) e o ministro da Fazenda, Antônio Delfim



Netto, verdadeiro responsável. As consequências deviam alertar o atual governo: 4,5 milhões de desempregados (cifra do Ministério do Trabalho), explosão de favelas nos

centros urbanos e proletarização da classe média.

No primeiro ano do atual governo a classe rural, a mais atingida inicialmente em matéria de insolvência e desemprego, teve mais de 1 milhão de desempregados. Eles não sabem fazer outra coisa e, assim, foram reforçar as fileiras dos sem-terra, ajudando nas invasões ilegais de propriedades improdutivas e, também, das produtivas.

Sempre concentrei minhas críticas na ação da equipe econômica do governo, que adotara um plano deflacionário com as consequências negativas previsíveis, sobretudo diante do exemplo de 1980 a 1984 e ressalvando que o dado positivo, que ajudava no enfrentamento das consequências desfavoráveis, era a autoridade moral do presidente Fer-

nando Henrique Cardoso, que prestigiava o governo aqui e no exterior.

Mas, recentemente, entretanto, foi divulgado que o presidente foi o verdadeiro responsável pela implantação do plano deflacionário. Assim, quando preguei ao governo que andasse mais devagar com o andor, para amparar o real com mais flexibilidade e não com um plano deflacionário de consequências previsíveis, estava procurando absolvê-lo de uma culpa que era sua, infelizmente.

Não quero encerrar estas linhas sem uma referência a um crítico de grande autoridade em

todos os sentidos: Antônio Ermírio de Moraes. Na revista Veja, ele deplora o grave enfraquecimento da indústria nacional, que é, como mencionei, uma das grandes vítimas da deflação do real, e diz que o capital estrangeiro avança em todos os setores da produção, ameaçando deixar a indústria nacional com as sobras.

Eis aí a nova e grave consequência da deflação do real registrada por autoridade respeitável em todos os sentidos.

Mas ainda deve ser lembrado que os déficits governamentais e a consequente elevação calamitosa da dívida interna fundada foram ajudados pelo fornecimento do equivalente em reais aos dólares dos especuladores, aparentemente sem limites, para criar as tais reservas cambiais, que dão ao público a falsa impressão de folga cambial. Mas, e quando chegar a repatriação? É o que estão enxergando, agora, os técnicos e as instituições internacionais

que se preocupam com as dificuldades que o Brasil tem pela frente, pois os dólares especulativos estarão engorgados em 250 a 300%!

O governo não hesitou em avançar sobre os amplos recursos das privatizações para procurar sair do aperto. Com isso, esses recursos não estarão disponíveis para novos investimentos de longo prazo, como usinas elétricas e outros.

Tudo isso porque fomos com muita sede ao pote no plano deflacionário do real.■

* Presidente do conselho de administração da Gazeta Mercantil S.A.